



SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL
PORTUGUESE HERITAGE SOCIETY
Direcção

PORTUGAL 900 ANOS

O INÍCIO

AFONSO HENRIQUES ARMA-SE CAVALEIRO

8 DE JUNHO DE 2025

O início formal das comemorações dos 900 anos de Portugal está previsto para o dia do 9.º centenário da investidura de D. Afonso Henriques como cavaleiro. O facto de o infante se ter armado cavaleiro a si próprio, corresponde à primeira proclamação da vontade de vir a ser senhor de um reino independente, o que ganhou força três anos depois, quando ganhou o governo do Condado Portucalense.

O programa PORTUGAL, 900 ANOS terá o primeiro grande marco em Zamora, no Domingo de Pentecostes de 2025, para evocar a data e o local em que o nosso primeiro rei, muito jovem, com 14 anos, se armou Cavaleiro. Em 1125, o Domingo de Pentecostes foi, segundo o calendário actual, em 17 de Maio. Em 2025, será em 8 de Junho.

Este gesto de Afonso Henriques é, pelas razões e pelo contexto que os historiadores relatam, o momento solene adequado para, apontando ao ciclo da fundação de Portugal (1128-1179), assinalarmos já a sua chegada. Por este gesto, o infante Afonso Henriques equipara-se ao seu primo Afonso VII, rei de Leão e Castela, manifesta publicamente o estatuto régio a que aspira e alinha-se com as forças que viriam a conduzir à independência de Portugal. Fá-lo em Zamora – em 1125, sob o senhorio de sua mãe, a Condessa-Rainha D. Teresa –, o mesmo local onde, quase 20 anos depois, seria recebido em conferência pelo mesmo Afonso VII, que, então, em 1143, reconheceria a independência do Reino de Portugal.

É neste 8 de Junho de 2025, de novo Domingo de Pentecostes, que queremos comemorar o 9.º Centenário desse primeiro acto público significativo do nosso Rei fundador. Fazemo-lo no mesmo espírito com que os historiadores relatam este momento, três anos antes da batalha de S. Mamede e da subsequente fundação da nacionalidade. Estávamos a caminho da Fundação, constituindo este momento a sua antecâmara.



PORTUGAL

O PRIMEIRO SINAL

D. Afonso Henriques arma-se Cavaleiro,
na Catedral de Zamora

Domingo de Pentecostes, 1125

9.º Centenário em 2025

«É em 1125 que o infante practica o primeiro acto de que a história conserva lembrança. Este acto foi o armar-se cavaleiro em Zamora, então unida, como vimos, aos domínios de D. Theresa. Na catedral daquela cidade, no sancto dia de Pentecostes, elle proprio foi tirar as armas de cavalleiro de cima do altar de S. Salvador e juncto delle vestiu a loriga e cingiu o cinto militar, segundo o costume dos reis. A elevação de Affonso Henriques ao mais nobre grau da vida das armas, em idade impropria para satisfazer as obrigações que ella lhe impunha, offerece uma circumstância notavel, e é que no anno antecedente e neste mesmo dia Affonso VII practicara igual cerimonia na cathedral de Compostella, e tomara do altar de Sanctiago [de Compostela] a espada que para esse fim Diogo Gelmires benzera. Brevemente os dous primos deviam exercitar um contra o outro o nobre mister que ahi acceitavam e que a igreja sanctificara para os combates contra os infiéis.»

HERCULANO Alexandre, História de Portugal, Tomo 2, Livro 1, p. 114-116



Zamora, nas margens do rio Douro

«Três anos antes [da batalha de São Mamede], na catedral de Samora, [Afonso Henriques], a si próprio se armara cavaleiro, como soíam os reis, para não aceitarem a superioridade moral que o cavaleiro reconhecia naquele de quem recebia as armas. Aquele acto solene, quando D. Afonso apenas contava catorze anos de idade, foi talvez apressado pelos nobres, a fim de aureolarem com as honras da cavalaria o moço Príncipe, que pretendiam para chefe da luta contra D. Teresa e Fernando Peres.»

ALMEIDA, Fortunato de, História de Portugal, vol. I, Coimbra 1922, p. 137-139



O PRIMEIRO SINAL

D. Afonso Henriques arma-se Cavaleiro, na Catedral de Zamora

Domingo de Pentecostes, 1125
9.º Centenário em 2025

«A evolução dos seus sentimentos [de Afonso Henriques, relativamente a sua mãe, a Condessa-Rainha D. Teresa] deve ter ficado marcada pela cerimónia de investidura como cavaleiro, em 1125 ou 1126, mas as dúvidas acerca das circunstâncias em que esta se deu impedem-nos de estabelecer uma relação clara entre os factos.



Espada de D. Afonso Henriques

Vejamos o que dizem as fontes, antes de procurarmos a sua interpretação. A notícia acerca da cerimónia encontra-se nos Anais de D. Afonso, Rei dos Portugueses, que dizem, textualmente:

“Era de 1163 [1125]⁽¹⁾. O ínclito infante D. Afonso, filho do conde Henrique e da rainha D. Teresa, neto de D. Afonso, tendo cerca de 14 anos de idade [aliás 16], estando na Sé de Zamora, no dia santo de Pentecostes, tomou de cima do altar as armas militares e vestiu-se e cingiu-se a si próprio diante do altar, como é costume fazerem os reis. Vestiu-se com a armadura como o Gigante, pois era grande de corpo, e cingindo-se a si próprio com as armas para as batalhas, tornou-se, nos seus actos, como um leão e como a cria do leão que ruge na caça.”

O texto continua, traçando, a seguir, um rasgado elogio à personalidade do que viria a ser o primeiro rei de Portugal, para sublinhar o seu valor guerreiro e a sua fé no combate em favor da Cristandade. Logo a seguir, relata a Batalha de São Mamede, como se houvesse uma íntima relação entre os dois acontecimentos. Depreende-se que, para o seu autor, o facto de D. Afonso se ter armado cavaleiro a si próprio aparece como uma afirmação voluntária de independência, e como a reivindicação da categoria régia. Os autores modernos que adoptam uma interpretação voluntarista do papel do infante, e que lhe atribuem desde o princípio a chefia da revolta, como faz, implicitamente, o autor dos Anais, tendem, por isso, a colocar neste momento o início do afastamento do infante para com sua mãe e fazem da cerimónia cavaleiresca um acto de rebeldia. (...)

A cerimónia desempenharia, então, na lógica da intriga, uma função análoga à que havia tido, no ano anterior, no dia 25 de Maio, na catedral de Santiago [de Compostela], a investidura como cavaleiro do jovem Afonso Raimundes, promovida pelo arcebispo Gelmírez para assegurar os seus direitos ao trono de Leão e Castela. Tratava-se, por assim dizer, de uma réplica.»

José MATTOSO, D. Afonso Henriques, Temas e Debates, 2007, p. 54-56

⁽¹⁾ Só a partir de 1422 é que os documentos portugueses passam a usar a era de Cristo. Até então, usava-se a era de César, sendo de 38 anos a diferença das respectivas datas.

Queremos dar realce a este grande momento prévio de anúncio, através da participação do Presidente da República e de altas autoridades civis e militares, desejavelmente com a presença também dos homólogos do país vizinho. Será também uma forma de destacar o clima de boa vizinhança, amizade e concórdia entre os dois vizinhos que a conferência de Zamora consagraria em 1143.

Neste dia do **9º centenário da cerimónia de Zamora**, prevemos que o programa integre a realização de uma conferência solene no local das cerimónias oficiais, a ser proferida por **Hermenegildo Fernandes**, membro da Comissão Executiva.

*

* *

Entretanto, espera-se que, nos próximos dezoito meses, a Comissão Executiva possa concretizar uma série de ações públicas que sirvam de primeira reflexão sobre o centenário e de anúncio das comemorações que se seguirão.

É fundamental a criação de um **vídeo promocional** e de **elementos de comunicação digital**, bem como estabelecer a ligação com uma produtora que esteja interessada em criar **conteúdos de televisão** possíveis de ser difundidos tanto em Portugal como no estrangeiro, e sugerir uma **série de entrevistas** com académicos, escritores, desportistas de referência e artistas sobre o tema¹. Seria interessante estabelecer ligações ligeiras, mas consecutivas (semanal, quinzenal) com **programas de rádio** de grande audiência em que o tema pode ser falado com seriedade e rigor, mas num modo descontraído².

Além da apresentação do projeto ao primeiro-ministro, o **chefe do Governo**, é da maior importância apresentá-lo ao **ministro da Educação** a fim de encontrar formas de esta celebração se disseminar pelas escolas, e à Associação dos Professores de História. Havendo condições financeiras, deve-se ainda apresentar também o projeto aos **governos regionais** da Madeira e dos Açores, que têm, aliás, autonomia ao nível da Educação.

Sendo o financiamento ainda incerto, sugere-se a organização de sessões (**conferências ou colóquios**) promovidas por **cada membro da Comissão Executiva na sua Universidade**. No caso dos Açores, está já planeada a organização de uma série de conferências no outono de 2024 nas três ilhas principais da região. O mesmo pode ser

¹ Há produtores reconhecidos que têm feito programas na RTP, em canais privados e independentes que podem ser convidados. E, se conseguíssemos desportistas consagrados, cantores que atuam regularmente nas comunidades da emigração, e escritores que falassem de Portugal, a par de historiadores, as comemorações ganhariam decerto maior impacto, prestígio e reconhecimento. O próprio vídeo promocional, pode ter depoimentos de cidadãos variados.

² Há vários programas da manhã nas rádios que podem ser espaços privilegiados de difusão. Interesse especial deveria dedicado a rubricas dirigidas a crianças. Seria muito interessante se conseguíssemos pôr as crianças a dizer o que acham que é Portugal, ou quem foi D. Afonso Henriques, garantindo uns cinco minutos de comentário em estúdio sobre o tema, a seguir à audição das respostas.

repetido por todo o país, sempre que possível com a participação do presidente e do vice-presidente, bem como do presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Sugere-se que, neste caso, se aproveite a ocasião para incluir conferências sobre algumas das figuras mais relevantes, mas normalmente pouco referenciadas, que tiveram papel relevante nos acontecimentos de 1125-1143, como os **arcebispos de Braga**, os **fundadores de Santa Cruz de Coimbra**, as **irmãs de D. Afonso Henriques** ou grandes **magnates**, como o Braganção, e figuras da **comunidade judaica sefardita**. Estas iniciativas podem envolver também as **Academias da História, da Marinha e de Belas Artes**, bem como a **Sociedade de Geografia**.

Na **primavera de 2025**, pouco antes do aniversário do evento de Zamora, deverá realizar-se um **primeiro grande encontro académico**. A UAL sugere a realização de um congresso subordinado ao tema **“O Poder local. Da fundação à democracia”**³, tema perfeitamente ajustado, quer pela relevância dos forais, quer por ser pensado na longa

O PODER LOCAL, DA FUNDAÇÃO À DEMOCRACIA

(Congresso Internacional integrado nas comemorações de Portugal 900 Anos)

(anteprojeto)

I – Dos Forais Velhos aos Forais Novos (séculos XII a XVI) – Coordenadora Maria Helena da Cruz Coelho

- 1.- A municipalização do território (século XI-inícios do século XIV)
- 2.- Os concelhos nos séculos XIV e XV: lideranças e políticas
- 3.- Um espaço privilegiado de comunicação política: as Cortes
- 4 – A reforma manuelina dos forais: concretização e problematização

II - O Antigo Regime (séculos XVI a XVIII) – Coordenador José Subtil

- 1.- Geografia, Organização e Administração
- 2.- As Elites da Governança
- 3.- A Comunicação Política com a Coroa
- 4.- Os Municípios no Ultramar

III - A Monarquia Constitucional – Coordenador João Paulo Oliveira e Costa

- 1.- A Reforma Territorial e Administrativa
- 2.- Os Governos Cívicos e os Municípios
- 3.- A Imagem Política do Poder Local no Parlamento

IV - A República, o Estado Novo e a Democracia – Coordenador Eduardo Franco

- 1.- A Emergente Dinâmica da Regionalização e as Alternativas da Distritalização
- 2.- As Novas Políticas Municipais
- 3.- O Futuro da Reforma do Estado: Poder Central, Periférico e Local

³ Participações e apoios (a desenvolver): Presidente da República, Ministério da Ciência e Ministério da Cultura, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Instituto de História Contemporânea, Centro de Estudos Globais, CIDEHUS, Sociedade de Geografia, Academia das Ciências, Arquivo Histórico Militar, Arquivo da Torre do Tombo, Arquivo Ultramarino, Universidade Lusíada, CHAM, Centro de História da Sociedade e da Cultura ANTENA 2, RTP2, EXPRESSO, Jornal PÚBLICO, entre outros.

duração dos nove séculos, alargando, assim, desde logo, as celebrações para lá do século XII.

No **outono de 2025**, seria a ocasião oportuna para, a fechar este ano de lançamento, organizar, na Biblioteca Nacional de Portugal ou na Torre do Tombo, um **Congresso Internacional** para lançamento das Comemorações (2 dias), preparado com tempo e envolvendo académicos e professores das escolas dos diversos graus, intitulado: **“Congresso Internacional - Génese e a construção de Portugal Global: temas e questões em aberto”** ou **“Congresso Internacional - Portugal, os 900 anos”**.

Para desenvolvimento e execução deste programa, é indispensável o apoio do Governo de Portugal e dos organismos e entidades públicas sob sua direção ou superintendência.

Lisboa, 15 de maio de 2024

O Presidente da Direção,



José Ribeiro e Castro